

Dirigentes reconhecem excessos do PT no comício da Praça da Sé

Foto de Olívio Lamas

SÃO PAULO — Depois de terem negado através de nota oficial as ofensas ao Presidente José Sarney e os incitamentos à destruição de ônibus feitos por seus dirigentes durante o Comício pelas eleições diretas-já, três dirigentes do PT admitiram ontem que aconteceram "excessos verbais" nos discursos contra o Presidente Sarney e a política do Governo, no comício realizado domingo na Praça da Sé. O reconhecimento veio um dia após a Superintendência de São Paulo da Polícia Federal abrir inquérito sobre acusações a sindicalistas e petistas de incitamento a saques e depredações.

Em entrevista convocada pela Executiva Nacional, o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Deputado federal Olívio Dutra (RS), o 1º Vice-Presidente, Jacó Bittar, e o Presidente regional, Djalma Bom, procuraram desculpar as atitudes ofensivas e agressivas do comício com declarações políticas vagas contra o Governo, que acusaram de estar buscando um bode expiatório para "manter inalterada sua política". Djalma Bom, que recebeu ontem a intimação para prestar esclarecimentos hoje, às 15h30m, na Polícia Federal, não teve como explicar suas atitudes no comício e pretextou a necessidade de manter sigilo sobre sua defesa para não fazer declarações. A única coisa que disse é que as declarações que fez no comício são públicas.

Jacó Bittar acha que o Governo quer isolar o PT e a CUT. Já Olívio Dutra disse que quem tem demonstrado excessos de toda a ordem "é o próprio Governo quando compactua com a violência".

Injúrias e agressão preocupam Brossard

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem que o Governo está preocupado com os saques, incitações à violência e agressões ao Presidente da República que vêm ocorrendo no País. Informou que o inquérito aberto pela Polícia Federal em São Paulo tem como objetivo indiciar as pessoas que incitaram à violência, insuflando saques e responsabilizar aqueles que usaram de expressões injuriosas contra o Presidente Sarney.

Brossard observou que, a menos que as palavras tenham mudado de sentido, o que foi dito no comício de domingo, é altamente ofensivo. "Basta dizer que O GLOBO teve o bom gosto de não publicar certas expressões", acrescentou.

O Ministro informou também que chegou a Brasília o Delegado Carlos Mandim, que preside o inquérito sobre a agressão ao Presidente no Paço Imperial, no Rio de Janeiro. Ele ouvirá os homens da segurança presidencial e os Deputados Adolfo Oliveira, Gustavo de Faria e Sandra Calvanti.



Bom, Olívio e Bittar acham que excessos não são razão para aplicar LSN

Covardia

A NOTA divulgada pelo PT a propósito do comício que promoveu domingo em São Paulo revela curiosa mistura de covardia e audácia: falta-lhe a coragem de confirmar o que milhares de pessoas ouviram na Praça da Sé mas sobra-lhe a ousadia de investir contra os fatos.

O GLOBO, diretamente citado e insultado pelo PT, apenas registrou o que qualquer pessoa presente ao comício poderá confirmar: as ofensas pessoais ao Presidente da República e o incitamento a atos de violência.

É FALSA a afirmação de que outros jornais "sensíveis ao caráter político" da manifestação não documentaram os fatos noticiados pelo GLOBO. O "Jornal da Tarde" fez o registro na segunda-feira, e o "Estado de S. Paulo", que não circula nesse dia, referiu-se ao episódio na edição de ontem.

DE RESTO, não se inclui entre as normas de conduta do GLOBO essa peculiar "sensibilidade" que, na opinião do PT, deveria ditar a omissão da verdade. Se outros jornais, por essa ou outra razão, deixaram de informar o que realmente se passou no comício, pior para os seus leitores.

Polícia Federal pretende aplicar LSN contra autores das ofensas a Sarney

SÃO PAULO — O Delegado da Divisão de Ordem Política e Social (Dops) da Polícia Federal, Jaime Petra Filho, pretende enquadrar na Lei de Segurança Nacional os líderes sindicais e os dirigentes do PT acusados de ofenderem a honra do Presidente da República durante o Comício pelas diretas-já, domingo na Praça da Sé. Petra é responsável também pelo inquérito sobre os saques ocorridos nas Zonas Sul e Leste da Capital nos últimos dias. Dando prosseguimento a estas investigações, ele deve ouvir, ainda hoje, os Presidentes regionais do PT, ex-Deputado Djalma Bonn, e do PC do B, Gilberto Natalini.

Os dois dirigentes políticos se manifestaram, na semana passada, sobre os saques, não admitindo estar coordenando os movimentos, mas garantindo que os apoiavam integralmente. Em consequência, poderão ser indiciados no artigo 297 do Código Penal, que diz que ser crime a apologia de fato criminoso. Petra quer primeiro ouvir Bom e Natalini para depois marcar datas para o in-

terrogatório dos dirigentes que participaram do comício das diretas-já:

— A lei é clara. O artigo 26 da Lei de Segurança Nacional diz que caluniar ou difamar o Presidente é crime. A pena é de um a quatro anos de reclusão. Vamos reunir documentos, como recortes de jornais e gravações, e interrogarmos todas as pessoas. As que ofenderam o Presidente serão indiciadas, conforme diz a lei.

Petra tem a intenção de chamar primeiro o Presidente da CUT Jair Meneghelli, que durante o comício teria convidado os participantes a realizar uma nova manifestação, semelhante à depredação dos ônibus no dia 30 de junho no rio, caso ocorra um novo aumento de passagens em São Paulo.

Meneghelli já foi indiciado e julgado pela LSN em duas situações. Na primeira, por ter chamado de canalha o então Presidente João Baptista de Figueiredo. Na segunda por ter coordenado a sabotagem no interior da Ford do Brasil, quando vários veículos foram destruídos.

Groff e Pencak têm a detenção prorrogada

O advogado Nilo Batista, ex-Secretário de Polícia Civil do Rio informou ontem a seu cliente, Danilo Groff, indiciado no inquérito que apura o atentado contra o Presidente José Sarney, que o Juiz Roberto Lima e Silva, da 2ª Auditoria da Marinha, aceitando o pedido do Delegado Carlos Mandim de Oliveira, do DOPS da Polícia Federal, decidiu ampliar por mais 15 dias a detenção de Groff e do ativista da CUT Maurício Pencak, indiciado pelo mesmo crime.

Groff e Pencak, porém, receberiam pouco depois uma notícia mais amena: o advogado Luís Guilherme Vieira conseguiu uma cela especial para os dois presos, separando-os, assim, dos dois estrangeiros que compartilham com eles do mesmo alojamento.

Para Nilo Batista, a prorrogação da prisão dos dois presos políticos, por mais 15 dias, "é uma decisão muito melhor do que a decretação da prisão preventiva, pedida pelo Delegado para o seu

cliente na 2ª Auditoria da Marinha.

Quando foi ontem à tarde à 2ª Auditoria de Marinha junto com o colega Luís Guilherme Vieira, Nilo Batista esteve com o Magistrado durante vinte minutos. Foi um reencontro de conterrâneos. Ambos são mineiros de Juiz de Fora.

Nilo Batista informou que entrara com um petição pedindo prisão especial para os indiciados no inquérito por serem portadores de diploma de curso superior. No pedido, o advogado requereu ainda que o Magistrado determine à autoridade policial que seja facultado a Danilo Gross e Maurício Pencak receber visita de seus familiares durante o horário do expediente, sem restrição de dia. Nilo Batista informou ao Juiz que a permissão para as visitas ficava a critério da boa vontade do Delegado de Plantão. Roberto Lima e Silva prometeu dar seu despacho no requerimento ainda hoje.